

EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM CAMINHO PARA A QUALIDADE E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA



Março de 2015

Convite ao diálogo

Esse documento faz parte de uma série de textos gerados a partir de encontros organizados pelo movimento **Todos Pela Educação (TPE)** por meio dos chamados grupos de assessoramento (GAs). Os GAs têm como intuito formular propostas de políticas públicas em Educação com foco na melhoria da qualidade do ensino público brasileiro.

Cada GA conta com a coordenação do TPE e de uma organização parceira, de acordo com o tema, nesse caso a **Fundação Itaú Social**. O grupo é composto por especialistas de diversos institutos, fundações e da academia, além de representantes do governo. O GA que formulou o presente documento se reuniu ao longo de 2014.

Todos Pela Educação

Movimento da sociedade brasileira, fundado em 2006, que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens Educação Básica de qualidade. O TPE acredita que, pela dimensão do desafio e da desigualdade histórica da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não é suficiente. A participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é fundamental para promover o salto de qualidade de que a educação brasileira necessita.

www.todospelaeducacao.org.br

Fundação Itaú Social

Com a missão de desenvolver, disseminar e implementar tecnologias sociais para a melhoria da educação pública brasileira, a Fundação Itaú Social atua em todo o território brasileiro, em parceria com as três esferas de governo, com o setor privado e com organizações da sociedade civil. As propostas desenvolvidas e apoiadas têm como foco a educação integral e a gestão educacional. Para alcançar resultados transformadores, a Fundação Itaú Social valoriza e investe na mobilização social e na avaliação de projetos sociais e políticas públicas.

www.fundacaoitausocial.org.br

Educação Integral: Um caminho para a qualidade e a equidade na Educação pública

Introdução

Os resultados das avaliações de sistema e os indicadores de fluxo educacional mostram que as escolas públicas brasileiras, apesar da evolução das últimas décadas, ainda estão distantes da qualidade de Educação a que todas as crianças e jovens têm direito. É certo que inúmeras experiências exitosas se espalham pelo país. Contudo, trata-se de casos isolados, dentro de uma escola ou em redes públicas específicas. Os dados também mostram disparidades educacionais que não ocorrem apenas entre regiões do Brasil, mas dentro de uma mesma rede de ensino ou até mesmo de uma unidade escolar. Desigualdades de gênero, raciais, sociais, econômicas, assim como aquelas impostas pela falta de opções para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação restringem as oportunidades, privando os indivíduos de escolhas autônomas e do desenvolvimento pleno do potencial de cada um.

Com cerca de 50 milhões de estudantes, 2 milhões de professores e 200 mil escolas, o sistema educacional do Brasil é um dos mais complexos do mundo. As mudanças, portanto, não se fazem da noite para o dia – mas são necessárias e urgentes. Uma das mais significativas estratégias nesse sentido é a adoção da Educação Integral como princípio norteador de todo o planejamento de uma rede, considerando as diferentes etapas educacionais, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A qualidade da Educação e o desafio da equidade

Sobre qualidade e equidade, importa trazer reflexões de estudiosos¹ feitas com base em dados de nível socioeconômico e resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), considerado hoje um dos mais significativos indicadores de qualidade da Educação, composto pela relação entre o desempenho dos estudantes e o fluxo escolar. “Os resultados mostram que as escolas que atendem a estudantes de menor nível socioeconômico, como esperado, têm piores resultados, mesmo com o controle de outras características. Para essas escolas, é muito mais difícil elevar o valor do indicador. Além disso, as condições de infraestrutura e de complexidade da instituição também guardam relação com o Ideb. Por fim, os resultados indicam que são necessárias políticas de superação dessas limitações e que tais condições não podem ser ignoradas na análise do Ideb” (ALVES e SOARES, 2013/1).

¹ALVES, Maria Teresa Gonzaga e SOARES, José Francisco, em “Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional”, publicado em Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, pp. 177-194, jan./mar. 2013 (<http://goo.gl/ZbEFw3>)

O conceito de Educação Integral vem ganhando cada vez mais espaço no debate público sobre propostas educacionais para o país. A expectativa em torno de bons resultados proporcionados pela Educação Integral é reforçada por pesquisas² que evidenciam um papel estratégico na promoção da qualidade com equidade em diferentes sistemas educacionais do mundo. Mas essa promessa só se concretizará se o poder público e a sociedade civil somarem esforços e dialogarem sobre o tema e sobre os processos de instituição das políticas públicas.

Um primeiro passo a dar nesse sentido é compreender que a Educação Integral não pode ser assumida apenas como oferta de maior tempo de permanência na escola. A ampliação do tempo e o aumento do número de horas das disciplinas formais, por si só, não caracterizam o conceito de Educação Integral referido neste documento. Educação Integral é uma concepção que considera a multidimensionalidade do ser de forma integrada. Reconhece que o desenvolvimento pleno de indivíduos só é possível quando se observam diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, socioemocional e ética. Assim, os conhecimentos e experiências proporcionados pela escola, embora constituam grande parte do patrimônio cultural necessário, não esgotam o conjunto de saberes necessários para uma participação atuante na sociedade contemporânea.

O desenvolvimento pleno que se espera da Educação Integral só será efetivo se a proposta pedagógica for composta por diferentes linguagens, numa perspectiva integrada, visando o aprofundamento de saberes e o aprimoramento de habilidades e competências. Para isso, é imprescindível promover a reconstrução do Projeto Político Pedagógico (PPP), de forma coletiva e compartilhada, potencializando os conhecimentos e saberes que os estudantes, as famílias e a comunidade trazem para a escola. Nesse diálogo entre os diferentes saberes, deixam-se claras as intencionalidades e expectativas de aprendizagem, acolhendo os interesses dos estudantes e da comunidade e ampliando os repertórios.

Assim, a Educação Integral implica o aproveitamento planejado da variedade de oportunidades de aprendizagem, da diversidade dos espaços e da ampliação de tempos, em estreita articulação com o território, a comunidade, a família e as novas tecnologias. E assume a importância dos conhecimentos proporcionados por essa articulação, integrando-os aos saberes sistematizados nos ditos conteúdos escolares. O resultado desse arranjo é capaz de responder não só aos padrões de qualidade desejados para a Educação pública, mas também às exigências de uma formação voltada para o mundo contemporâneo, cada vez mais complexo e dinâmico.

Maria do Pilar Lacerda
Fundação SM

“Não estamos falando em aumentar o tempo para tirar crianças da rua, para, com isso, evitar que se envolvam com drogas. Estamos dizendo que é necessário um projeto diferente de escola, que articule melhor o tempo, o espaço e o conteúdo. Isso precisa estar definido com clareza no projeto pedagógico da escola.”

² “Equity and Quality in Education” (<http://goo.gl/nmnF2f>) e “Education Policy Outlook – Making Reforms Happen” (<http://goo.gl/hAkrqw>).

Legislação

Importantes marcos legais colaboraram para o avanço da Educação Integral nos últimos anos, a começar pela Constituição de 1988, que colocou a Educação como um direito – o direito à aprendizagem. Dois anos depois, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentou uma ampla rede de proteção às crianças e adolescentes. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sedimentou o direito à aprendizagem ao indicar a ampliação da jornada escolar, ao prever escolas de tempo integral no Ensino Fundamental e ao destacar a importância da articulação da escola com a família e a comunidade.

Como reforço dessa agenda, o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014, apresenta diretrizes objetivas para melhorar a qualidade da Educação e superar as desigualdades educacionais. Assim, algumas metas se destacam por se relacionar com a Educação Integral. Dessas, destacamos a Meta 6, que determina a oferta da **“Educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos estudantes da Educação Básica”** até 2024. A Meta 6 inclui estratégias que tratam da diversidade local e da articulação no território. Por sua vez, a Meta 7, que trata do aprendizado adequado na idade correta, possibilita, por meio da estratégia 7.29³, a articulação da Educação Integral com a qualidade na Educação.

Com base numa coordenação federativa, conseqüentemente, impõem-se aos Planos Estaduais e Municipais de Educação – instrumentos de planejamento e gestão das políticas educacionais dos estados e municípios brasileiros – o desafio de colocar em prática a política de Educação Integral, considerando realidades, contextos, desafios e potencialidades locais.

Respaladas nesse conjunto de leis, vêm sendo desenvolvidas políticas de Educação Integral nas três esferas de governo. A mais abrangente e influente delas tem sido o Programa Mais Educação, lançado em 2007 pelo Governo Federal. Conforme texto publicado no site do Ministério da Educação (MEC), “trata-se da estratégia indutora para se constituir a jornada escolar com a duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo estudante da Educação Básica permanece na escola ou em atividades escolares. Ele é operacionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e atende, prioritariamente, escolas com percentual igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família, conforme ações de acesso aos serviços públicos do Programa Brasil sem Miséria”. No início, o programa atendia apenas as escolas urbanas, e desde 2012 passou a atender também as escolas públicas do campo – que compreendem unidades rurais e de povos da floresta, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e assentados da reforma agrária.

A implementação de políticas de Educação Integral não é uma tarefa simples. Implica mudanças estruturais e de gestão que vão desde a infraestrutura necessária para a realização das atividades até a definição de propostas pedagógicas que tragam contribuições efetivas para o desenvolvimento pleno de crianças e jovens, passando pela tão necessária formação dos diversos profissionais envolvidos. Para alcançar um patamar de desenvolvimento de todas as potencialidades dos estudantes, é preciso repensar o modelo e a oferta de conteúdos da escola atual, de forma a proporcionar aprendizagens relevantes, que dialoguem com as competências e habilidades indispensáveis para a participação cidadã. Dada essa complexidade, a participação de organizações da sociedade civil e as articulações intersetoriais se tornam condicionantes.

³ Promover a articulação dos programas da área da Educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhora da qualidade educacional.

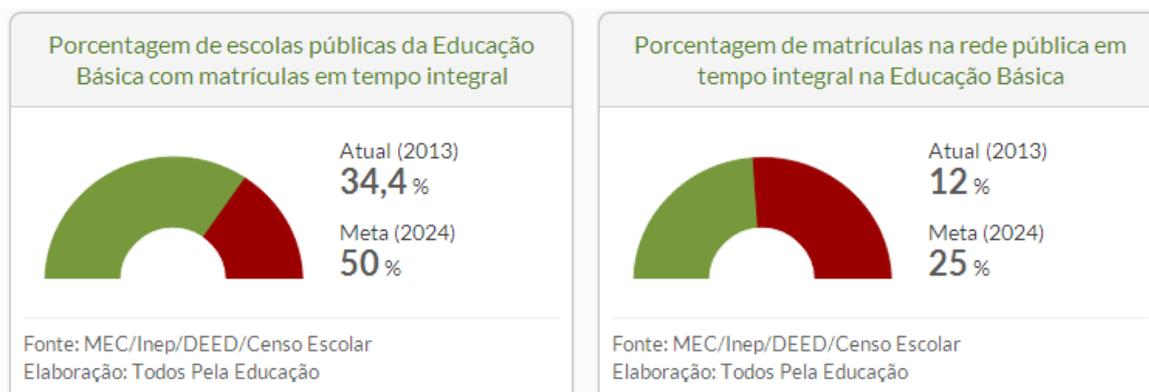
Este documento tem por objetivo contribuir para o debate e os esforços de gestores públicos na estruturação das políticas de Educação Integral. Ele foi produzido em conjunto por um grupo de representantes⁴ de organizações sociais, fundações, institutos, órgãos governamentais e academia. Ao refletir sobre os desafios e os possíveis caminhos, com base em pesquisas e em experiências concretas, esse colegiado pretende colaborar para que a Educação Integral se torne uma realidade para crianças e jovens em todo o território brasileiro.

⁴ Adriana Sperandio (Secretaria Municipal de Educação Vitória); Ana Moser (Instituto Esporte e Educação); André Sobrinho e Mirela Carvalho Pereira Silva (Instituto Unibanco); Anna Penido (Instituto Inspirare), Claudia Frazão (representou o Instituto Inspirare); Antonio Ibañez Ruiz (Conselho Nacional de Educação – CNE); Beatriz Goulart (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Bianca Miguel (Instituto Natura); Daniel Ximenes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS); Daniela Castro (Atletas pelo Brasil); Dorinha Seabra Rezende (Câmara dos Deputados e Comissão Especial PNE); Eduardo Deschamps (Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina); Eliana Almeida e Marcelo Mazzoli (Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef); Flávia Roberta Costa, Iã Paulo Ribeiro e Lucy Franco (Serviço Social do Comércio – Sesc); Heloísa Mesquita (representou a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e atualmente representa o Instituto Inspirare); João Roberto Costa de Souza (Secretaria Municipal de Educação de Jacareí); Leandro da Costa Fialho, MEC/SEB/Coordenação de Educação Integral); Maria de Salette Almeida Silva (consultora educacional); Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral (Secretaria Municipal de Educação de Costa Rica/MS, Undime Região Centro-Oeste e Undime/MS); Maria Amabile Mansutti (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec); Maria do Pilar Lacerda e Mariana Franco (Fundação SM); Maria Helena Sanches de Toledo, Renata Rossi Fiorim Siqueira e Valéria Souza (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo); Maria Rebeca Gomes (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco); Mônica Melo (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro); Natacha Costa (Cidade Escola Aprendiz); Raquel Teixeira (atual secretária de Educação do estado de Goiás e representou o Instituto Jaime Câmara); Rita Coelho (MEC/SEB/Coordenação Geral de Educação Infantil); Suzana Lima dos Santos (Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre); Tereza Perez (Comunidade Educativa Cedac); Valdiosmar Vieira (representou o Congemas até a segunda reunião); Vandré Brilhante (Cieds); Viviane Pereira da Silva Melo (Secretaria de Estado da Educação de Goiás); Camila Feldberg M. Pinto, Tatiana Bello Djrdjrjan, Isabel Santana, Patrícia Mota Guedes (Fundação Itaú Social); Alejandra Meraz Velasco, Andrea Bergamaschi, Camilla Salmazi, Carolina Fernandes, Maria Lucia Meirelles Reis, Priscila Cruz, Ricardo Falzetta e Vanessa Souto (Todos Pela Educação)

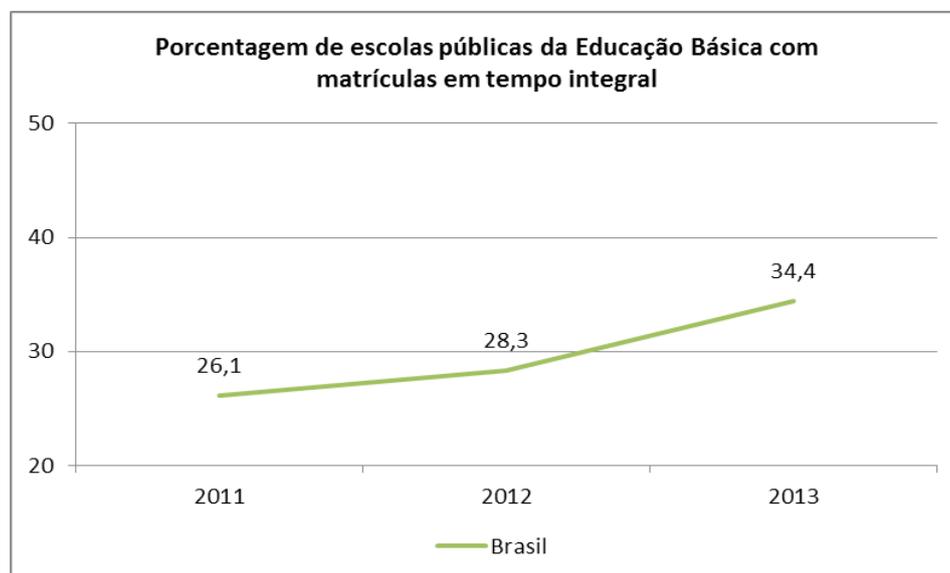
1. Diagnóstico

É difícil, para não dizer impossível, chegar a um indicador que revele a situação precisa da adoção da Educação Integral no país em seu conceito mais amplo. Os dados disponíveis permitem olhar apenas para o número de matrículas registradas em jornada diária de 7 horas ou mais e analisá-lo perante o número de matrículas nos diferentes cursos oferecidos como atividades complementares ao período regular de escolarização. Tais informações não permitem detectar se os projetos pedagógicos das instituições que ofertam jornadas estendidas e atividades complementares estão, de fato, alinhados com o conceito de Educação Integral defendido neste documento. Por isso, ainda que os dados disponíveis indiquem tendências, a sua interpretação deve ser feita sempre com ressalvas. O país precisa de mais indicadores, estudos e pesquisas que nos auxiliem a monitorar a adoção das políticas de Educação Integral e a avaliar os resultados.

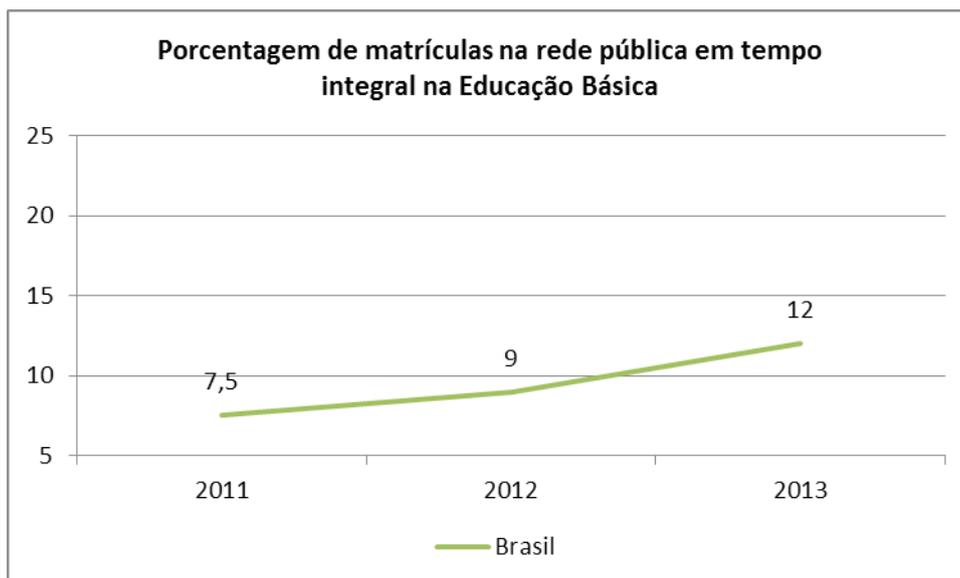
No quadro a seguir, apresentado no Observatório do PNE (www.opne.org.br), é possível acompanhar a situação atual dos indicadores de Educação em tempo integral e (em vermelho) o desafio colocado para que a meta do plano seja atingida. A oferta de Educação em tempo integral, como mostram os números, já é realidade em parte da rede pública. Os dados indicam que 34,4% das escolas de Educação Básica oferecem Educação em tempo integral. Entretanto, o percentual de estudantes matriculados em tempo integral é de apenas 12% do total geral de matrículas.



Nos gráficos abaixo, é possível observar a evolução desses percentuais entre 2011 e 2013.

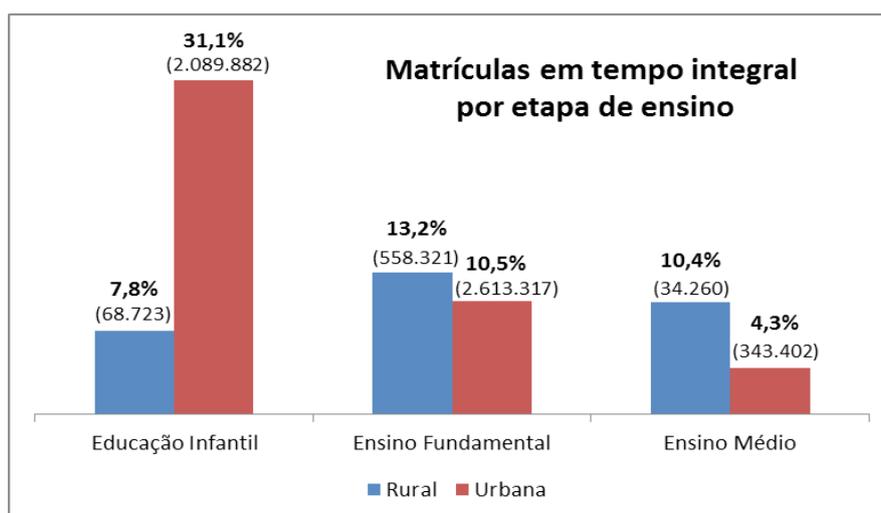


Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar
Elaboração: Todos Pela Educação



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar
Elaboração: Todos Pela Educação

O detalhamento desses números evidencia diferenças na cobertura nas diferentes etapas de ensino. Enquanto o percentual de estudantes da Educação Infantil matriculados em tempo integral na rede pública é de 27,6% e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é de 14,2%, no Ensino Médio o índice cai para 4,7%. Também há diferenças quando consideramos separadamente as zonas rural e urbana. Em números absolutos, existem mais escolas e alunos matriculados em Educação Integral em áreas urbanas do que na zona rural. No entanto, quando comparamos as porcentagens, dados mais recentes (2013) mostram que no Ensino Fundamental e no Ensino Médio há proporcionalmente mais matrículas em escolas da zona rural com Educação em tempo integral do que em estabelecimentos da área urbana (13,2% na área rural e 10,5% na área urbana, no Ensino Fundamental, e 10,4% e 4,3%, respectivamente, no Ensino Médio). O cenário é o oposto entre as escolas da Educação Infantil: a porcentagem de matrículas em tempo integral em escolas da área urbana é maior do que em estabelecimentos localizados em áreas rurais.



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar
Elaboração: Todos Pela Educação

Além de monitorar a evolução das estatísticas, é preciso verificar a forma como o atendimento na Educação Integral ocorre nas redes de ensino. Considerando que, na maioria das escolas, a Educação Integral não é oferecida a todos os alunos, é imprescindível que as atividades realizadas estejam alinhadas com o PPP da escola e não sejam vistas como um projeto paralelo e isolado na unidade escolar. Os gestores escolares precisam se envolver em todas as etapas do planejamento das atividades, responsabilizando-se pelos resultados e pela qualidade da oferta.

Além disso, não se pode ignorar a necessidade de mais propostas de Educação Integral atraentes, relevantes e convergentes com os interesses e necessidades dos jovens do Ensino Médio. Tais iniciativas precisam considerar a essência e as características da juventude, de modo a promover o acesso à cidade, a circulação no território e a autonomia na construção de percursos formativos reconhecidos pelas escolas.

Maria Amabile Mansutti

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec

“Temos que responder melhor às necessidades dos jovens. Esse é um desafio do Ensino Médio que conseqüentemente também tem impacto na Educação Integral. Cabe às redes públicas fazer um reconhecimento de diversos percursos formativos dentro e fora da escola, assim como orientar os jovens sobre essas possibilidades, para as quais precisam ter alguma autonomia. Trata-se de percursos norteados por ideias como ampliação de capital cultural, empreendedorismo e iniciação científica.”

Para promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, é fundamental que se amplie o tempo de exposição a situações de ensino. No entanto, há diversas opiniões em relação às estratégias para efetivar essa ampliação, seja na utilização de espaços, seja na composição de arranjos institucionais ou na formulação da proposta pedagógica, sem perder de vista a faixa etária e as atividades a ela destinadas.

À medida que a oferta de Educação Integral se amplia, as experiências em curso no país mostram que não há um modelo único de implementação. Acadêmicos, especialistas, educadores e representantes do poder público têm proposto e desenvolvido diferentes arranjos para a estruturação dessa política. É necessário, no entanto, que as particularidades e potencialidades de cada local sejam levadas em consideração ao se pensar em desenhos de políticas viáveis e que se sustentem. Por isso, é possível – e muitas vezes indicado – que uma mesma rede pública tenha diferentes tipos de oferta de Educação Integral, desde que alinhadas a diretrizes e expectativas comuns a todos, definidas por um Plano de Educação Integral.

Manaus (AM)

Em 2002, a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas implantou, em Manaus, dois projetos-piloto de escolas de tempo integral nas escolas Marcantonio Villaça e Petrônio Portela, começando pelo Ensino Médio. Os desafios encontrados não foram poucos, pois, cientes das particularidades dessa etapa de ensino (altos índices de abandono escolar e assuntos relacionados ao mercado de trabalho, entre outras questões da adolescência), era necessário motivar os jovens a seguir com a trajetória de estudos. A saída encontrada pela Escola Marcoantonio Villaça foi readequar a matriz curricular e envolver ativamente os jovens em projetos de iniciação científica. Para tanto, investiu-se na reestruturação de locais dentro da escola, como bibliotecas, laboratórios de física, química, matemática, artes e informática, que começaram a fazer parte da dinâmica de sala de aula e do universo dos estudantes. Todas as semanas os jovens passaram a se agrupar, conforme os interesses, em projetos de iniciação científica que seriam desenvolvidos ao longo do ano com o apoio de um professor.

Para saber mais

Percursos da Educação Integral: em busca da qualidade e da equidade
www.educacaoeparticipacao.org.br
<http://goo.gl/bFX6HV>

Mauricio Ernica

“A escola, apesar de ocupar um lugar central, não é suficiente para ensinar tudo o que uma pessoa precisa aprender. Não há nessa afirmação uma crítica à escola, tampouco a desvalorização do que ela faz. Ao contrário, a partir dessas ideias pode-se pensar a escola em relação estreita com o mundo da cultura e com a sociedade vista de modo abrangente. São essas relações que podem estabelecer de modo frutífero os diálogos e as parcerias que a escola pode realizar com outras instâncias que ensinam, apontando para a Educação Integral das pessoas.”

(Seminário Nacional Tecendo Redes para Educação Integral , p. 15)

Novo Hamburgo (RS)

O projeto de Educação Integral de Novo Hamburgo (RS) iniciou-se em 2009, por meio de uma pesquisa socioantropológica cujo objetivo era aproximar a escola das famílias e diagnosticar a condição de cada estudante do ponto de vista social e pedagógico para promover a aprendizagem e o desenvolvimento adequados à realidade da comunidade escolar. O projeto é centrado nas escolas, que têm total autonomia para convidar a participação da comunidade. Cabe às escolas fazer a prospecção dos espaços possíveis e criar as parcerias. O horário das aulas dos estudantes é das 7h35 às 17h05, e nem sempre eles estão efetivamente na escola, porque podem estar circulando pelo bairro. Quando há maiores distâncias a percorrer, a parceria já prevê o transporte, uma vez que a Secretaria de Educação não pode disponibilizar condução.

Para saber mais

<http://goo.gl/bFX6HV>

Um pouco de percepção da sociedade: limitações e potencial

Pesquisa realizada em 2013 pelo Datafolha apontou que 63% da população brasileira já tinha ouvido falar de Educação Integral. Mas, para 40% dessas pessoas, Educação Integral significa apenas aumento da carga horária na escola, enquanto somente 22% a associam a atividades extracurriculares. Por outro lado, quando apresentados ao conceito mais amplo de Educação Integral, a aprovação é maciça: 9 entre cada 10 brasileiros a consideram necessária para o futuro das novas gerações. A melhora do nível de Educação, a ocupação de tempo com atividades qualificadas, a redução da criminalidade e a preparação para o mercado de trabalho são apontadas pela maioria dos entrevistados como vantagens da Educação Integral.

Quando questionados sobre diferentes modelos de oferta da Educação Integral, os respondentes atribuíram grande importância tanto às atividades realizadas apenas na escola quanto a parcerias estabelecidas com ONGs, parques, igrejas e outros espaços da comunidade.

Para saber mais

<http://goo.gl/7corGD>

Pesquisa Educação Integral/Educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na Educação brasileira

A pesquisa foi desenvolvida entre 2008 e 2009 por um grupo de universidades públicas federais, por solicitação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação – Secad/MEC, por meio da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – Deidhuc, cujos objetivos eram mapear experiências de ampliação da jornada no Ensino Fundamental, em curso no Brasil; analisar essas experiências mapeadas, com base na construção de critérios que evidenciassem concepções e práticas; e subsidiar a proposição de políticas públicas voltadas para a implementação de Educação Integral, em nível nacional.

O levantamento aponta aspectos importantes a considerar quando se trata de Educação Integral, tais como: organização do tempo; organização temporal das atividades; espaço; sujeitos que trabalham nas experiências; gestão; fator humano e compromisso assumido com as propostas; parcerias; acompanhamento e avaliação das experiências; concepções sobre a ampliação da jornada escolar; e cansaço dos estudantes. A pesquisa conclui que o número de experiências em jornada escolar ampliada atualmente em curso no Brasil e o alcance dessas experiências em termos de número de alunos atendidos ainda são restritos. Por outro lado, os valores dos diversos dados levantados (municípios com experiências de jornada escolar ampliada que responderam ao questionário da pesquisa; experiências de jornada escolar ampliada; matrículas nos municípios com experiências; alunos com jornada ampliada nos municípios com experiências; alunos do ensino fundamental atendidos pela experiência de jornada escolar ampliada, por ano de escolaridade; tempo em meses das experiências; carga horária diária das escolas em que as experiências são desenvolvidas; número de dias da semana em que as experiências são realizadas; relação da carga horária diária das escolas e o número de dias da semana em que as experiências são realizadas; atividades desenvolvidas nas experiências; locais dentro e fora da escola em que são realizadas as experiências; formas como as experiências são realizadas; relação das experiências com o Projeto Político Pedagógico das escolas; responsáveis pela execução das atividades de jornada escolar ampliada junto aos alunos; responsáveis pela coordenação geral e específica das experiências; parceiros das experiências de educação em jornada ampliada; formas de financiamento das experiências) são significativos e sinalizam a importância dessa questão no cenário educacional brasileiro, indicando, inclusive, uma tendência de expansão.

Para saber mais

<http://goo.gl/2CnMJZ>

2. Políticas de Educação Integral: entraves e propostas

Se, por um lado, as políticas de Educação Integral se apresentam como estratégia para alcançar os patamares desejados de aprendizagem e desenvolvimento no país, por outro, a adoção dessas políticas implica enfrentar desafios históricos da gestão educacional. Áreas como financiamento, infraestrutura, gestão de parcerias, intersectorialidade, proposta curricular, contratação e formação dos profissionais impactam a escala e a qualidade da oferta. Nesse sentido, a elaboração de um Plano de Educação Integral é um primeiro passo para os gestores, pois permite uma análise preliminar dessas diferentes questões no contexto local do município ou do estado.

O Plano de Educação Integral define as diretrizes da política proposta, parte de um diagnóstico da rede e da proposta pedagógica, determinando objetivos, ações e estratégias para alcançar os resultados pretendidos e estabelecendo formas e indicadores de monitoramento e avaliação. O processo de planejamento e de instituição da política deve prever o contínuo processo de monitoramento e avaliação, imprescindível para permitir correções de rumo e a sistematização dos avanços. Outro tema importante a tratar é a cobertura das ações e a forma como a rede vai promover a ampliação gradativa da Educação Integral. Refletir sobre isso e definir os possíveis critérios – como nível de vulnerabilidade social e/ou desempenho escolar – é algo imprescindível para o planejamento e a concepção da política.

Avaliação e monitoramento

Encontra-se certo nível de consenso no Brasil sobre a importância de monitorar e avaliar políticas e programas educacionais, mas há muito debate sobre como fazê-lo. Além disso, há necessidade de mais esforços no desenvolvimento de indicadores e instrumentos que deem conta da complexidade da Educação Integral. Ainda assim, já existem caminhos possíveis e algumas experiências de redes nesse campo, como as de Santos, São Bernardo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Para saber mais

Guia de Políticas de Educação Integral

<http://goo.gl/quQygm>

João Roberto Costa de Souza

Secretaria Municipal de Educação de Jacareí

“Quando começamos os programas de Educação Integral na cidade, no primeiro momento achamos que o critério devia ser somente a vulnerabilidade social. Fomos para as regiões de maior vulnerabilidade para fazer a oferta. Hoje já não priorizamos apenas o critério socioeconômico. Passamos a priorizar também os estudantes que estão abaixo da média de aprendizado em cada escola.”

Por mais que os Planos Municipal e Estadual de Educação possam sinalizar a política ou os programas de Educação Integral – existentes ou previstos – nas redes educacionais, é no Plano de Educação Integral que a operacionalização das ações ganha maior detalhamento.

É no processo de formulação do plano que a política de Educação Integral toma forma, estabelece pressupostos, princípios e prioridades e define as principais ações. Quanto mais essa construção for coletiva e, portanto, compartilhada com a rede, com os estudantes, famílias e a comunidade, maior a chance de a política formulada ter aderência e, de fato, se tornar realidade. Além disso, a própria sustentabilidade da política de Educação Integral se fortalece quando o desenho e a implementação são feitos por meio de amplo esforço de mobilização e controle social.

A seguir são apresentadas as áreas que representam os principais desafios para os gestores públicos no estabelecimento das políticas de Educação Integral, assim como algumas propostas para enfrentá-los. Todas elas precisam ser contempladas na formulação do Plano de Educação Integral.

Proposta pedagógica

A proposta pedagógica da Educação Integral tem de superar a ideia de fragmentação dos conhecimentos e contemplar estratégias que consigam abarcar de maneira articulada todas as dimensões da Educação Integral: física, afetiva, cognitiva, socioemocional e ética.

Para isso, é preciso rever tempos, espaços e intervenções pedagógicas, de modo a considerar e integrar os saberes das famílias, da comunidade e da cidade, sempre levando em conta a potencialização dessa integração por meio das tecnologias da informação e da comunicação.

O aumento puro e simples da carga horária das disciplinas já ofertadas não garante o desenvolvimento integral dos estudantes. De igual modo, não basta ofertar atividades extras desarticuladas. Para que as ações de Educação Integral sejam efetivas, é necessário primeiro definir demandas e objetivos de aprendizagem que se articulem com aqueles estabelecidos no currículo escolar.⁵ Cada nova atividade candidata a fazer parte da ampliação da jornada merece ser alvo de uma sabatina: Que competências podem ser desenvolvidas com esse trabalho? Como a atividade proposta potencializa atividades e aprendizagens de outras áreas? Como se articula com a proposta curricular da rede?

É sempre proveitoso lembrar que as diretrizes curriculares da Secretaria da Educação devem ser definidas com base nas diretrizes curriculares nacionais, podendo tomar como referência os parâmetros curriculares nacionais. As matrizes curriculares da Educação Integral precisam ser desenhadas e adotadas em consonância com essas diretrizes.

Além disso, é importante prever a participação da família e dos estudantes na construção da proposta pedagógica, de forma que ela seja resultante de um projeto coletivo de intencionalidade e propósito educativo. Nesse sentido, o processo de formulação do Projeto Político Pedagógico constitui uma grande oportunidade para a participação desses atores.

⁵O debate sobre a necessidade de uma Base Nacional Comum que defina o que todos os alunos devem saber ao final de cada ano escolar vem ganhando espaço. Nesse processo de debate deve-se incluir a definição do currículo para a Educação Integral, evitando assim que a lógica da separação do período escolar e o contraturno prevaleça.

Marcelo Mazzoli**Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF**

“Temos experiências de ampla participação no projeto político-pedagógico ao longo da nossa história. Já no início dos anos 1960, Maria Alice Macelani articulou uma das primeiras experiências de Educação Integral no país por meio da Escola Vocacional – que organizava a participação de crianças e jovens no projeto pedagógico. O PPP passa a ser um veículo, uma ferramenta de Educação para que se descubram vocações, e a escola passa a ser um espaço real, não só de aprendizagem, mas também de desenvolvimento da capacidade cidadã dos meninos e meninas.”

Se houver clareza de onde se quer chegar, de que aprendizagens e desenvolvimento se espera que os estudantes conquistem, consegue-se imprimir às atividades uma intencionalidade pedagógica, facilitando a avaliação dos resultados e fazendo com que elas sejam encaradas como atividades educativas – tanto por parte dos professores quanto pelos estudantes, as famílias e a comunidade, fortalecendo a valorização e o envolvimento nas ações.

São Paulo - SP

“Há um dito segundo o qual ‘para educar uma criança é preciso uma aldeia inteira.’ Para cinco escolas de São Paulo, a expressão se tornou realidade. No trabalho com estudantes de diferentes faixas etárias e localizadas na região metropolitana de São Paulo (SP), as instituições EMEI Chácara Sonho Azul, Emef Campos Salles, Projeto Âncora, EMEF Desembargador Amorim Lima e Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja) Campo Limpo ‘derubaram muros’ e passaram a procurar oportunidades educativas no território em que estão localizadas. Na prática, isso significa aproximar-se da comunidade e permitir a interação de seus diversos atores no processo de ensino e aprendizagem.

“Para que isso fosse possível, todas as instituições passaram por uma reforma de seu PPP. E, de maneira geral, prevaleceu uma gestão mais democrática, que permite a atuação não apenas do corpo docente no conselho escolar, mas também dos familiares dos estudantes. Também foram modificados os processos educativos, que passaram a ser pautados na vivência prática dos objetos de estudo, incentivando a autonomia dos estudantes perante o conhecimento.”

Para saber mais

Centro de Referências em Educação Integral

<http://goo.gl/6EMFPj>

Mobilização

A adoção de políticas educacionais passa necessariamente por boas estratégias de mobilização. Muitas experiências apontam para o fato de que se as propostas para a Educação Integral não forem bem compartilhadas e discutidas – entre profissionais da rede, estudantes, familiares e parceiros envolvidos –, a equipe do órgão central enfrentará problemas para efetivá-las com a qualidade desejada.

Para isso, em um primeiro momento, é importante que as redes assumam ações de mobilização em torno do tema da Educação Integral, para que a comunidade e os possíveis parceiros possam compreender os aspectos envolvidos e assim participar da construção da proposta de forma colaborativa e crítica.

Quando as diretrizes e ações são pensadas pelas equipes das Secretarias de Educação sem o envolvimento da rede e chegam às escolas sem um processo estruturado e claro de mobilização e comunicação de objetivos, as decisões se enfraquecem e se descaracterizam.

A Secretaria de Educação, ao manter um diálogo contínuo, garante a atenção da comunidade escolar e dos seus parceiros, colhe subsídios para o aprimoramento da política e comunica com transparência os encaminhamentos das questões colocadas.

Diversas estratégias podem ser consideradas, como a elaboração e a divulgação de informativos periódicos, consultas online feitas à rede sobre documentos, realização de reuniões, grupos de trabalho/discussão e eventos, fóruns comunitários, utilização de meios de comunicação – jornais, rádios, redes sociais, etc. Como pano de fundo, a secretaria precisa identificar e valorizar as lideranças e os espaços locais de discussão, acolhendo as divergências e buscando áreas de consenso em torno das quais a política de Educação Integral possa ser construída.

Apucarana, PR

“Um dos primeiros passos na realização do projeto foi sensibilizar a equipe que fazia parte da gestão do município, mostrando que a Educação deveria ser a prioridade do planejamento dos recursos aplicados. Após essa conscientização, a prefeitura firmou um pacto com as principais lideranças locais, organizando as ações do poder público e de parceiros das comunidades em torno de quatro grandes temas: Educação; responsabilidade social (que exigiu, por meio de lei, que todas as empresas que participavam de licitações da prefeitura tivessem projetos sociais e ambientais); vida (ações de combate e prevenção à violência e aos vícios); e cidade saudável (ações voltadas à renda das pessoas simples, aliadas à prevenção em questões de saúde e do meio ambiente). O campo da Educação funcionou como guarda-chuva das atividades, já que todos os que subscreveram o pacto enxergavam na Educação o caminho para desenvolver as demais políticas sociais.”

Para saber mais

Centro de Referências em Educação Integral

<http://goo.gl/1A9kyy>

Financiamento

O aumento e a melhor gestão dos recursos destinados à Educação são desafios estruturantes da política educacional. Estudos mostram que, apesar de o Brasil ter aumentado o investimento em Educação pública nos últimos anos, o valor aportado anualmente por estudante ainda é muito inferior ao da média praticada entre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo o relatório *Education at a Glance*, de 2013, da OCDE, de 2005 a 2010, o investimento por estudante/ano subiu 86%⁶ no Brasil, enquanto nos países da OCDE, a elevação foi de 17%.⁶ Porém, quando se trata de valores, o Brasil investiu US\$2.653⁷ por estudante/ano em 2010, enquanto, na média, os países da OCDE aplicaram US\$ 8.550.⁷

As políticas de Educação Integral pedem maior investimento de recursos (como aponta uma das estratégias da Meta 6 do PNE), pois exigem que a rede promova mudanças envolvendo recursos físicos e humanos. É preciso melhorar a infraestrutura das escolas e adquirir equipamentos, ampliar a alimentação escolar, comprar material pedagógico, contratar profissionais e/ou ampliar a carga horária das equipes atuais e investir na formação continuada.

A experiência de Palmas

A rede municipal de Palmas, no processo de ampliação da oferta de Educação Integral, trabalhou com a perspectiva de não só aumentar os investimentos na Educação, mas também na descentralização de recursos. As escolas passaram a ter mais autonomia para gerenciar gastos básicos, sempre com acompanhamento da equipe central. Em 2010, o depoimento do então secretário Danilo de Melo Souza já ressaltava que cerca de 90% dos diretores tinham um desempenho muito bom na gestão de recursos, “melhor do que se os recursos fossem geridos de maneira centralizada aqui na Semec. A merenda escolar é um exemplo disso [...] quando você descentraliza esse tipo de gasto nas escolas, todos os açougues perto da escola, por exemplo, que estiverem em plenas condições sanitárias de fornecer produtos vão querer vendê-los, e o preço tende a baixar significativamente. Temos percebido isso com relação a vários tipos de produtos e serviços”.

Para saber mais

Tendências para Educação Integral

<http://www.educacaoeparticipacao.org.br>

<http://goo.gl/dctvST>

O cenário atual é promissor. A Meta 20 do Plano Nacional de Educação prevê a ampliação do investimento público em Educação – que em 2011 foi de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) – para no mínimo 7% do PIB até o 5º ano de vigência (2019) do Plano, e no mínimo 10% do PIB ao final do decênio (2024). Mas é evidente que o cumprimento do PNE – e dessa meta, condição para as demais – não se dará de maneira imediata, e exige monitoramento e controle social.

⁶ Table T_B1.5a: Primary, secondary and post-secondary non-tertiary education – Change in expenditure per student (2005 = 100) – Brazil = 186 | OECD = 117.

⁷ Table B1.2: Annual expenditure per student by educational institutions for core services, ancillary services and R&D (2010) – Primary, secondary and post-secondary non-tertiary education.

Espaços e infraestrutura

Outro eixo estruturante das políticas de Educação Integral é o que trata da adequação dos espaços de aprendizagem e da infraestrutura das escolas.

Hoje, a infraestrutura escolar está muito aquém do desejado. Conforme dados do Observatório do Plano Nacional de Educação, apenas 3,01% das escolas da Educação Básica da rede pública contam com todos os itens de infraestrutura citados na estratégia 6.3 do PNE, ou seja, auditório, biblioteca ou sala de leitura, cozinha, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra, refeitório e sanitários. O estudo *Uma escala para medir a infraestrutura*⁸ também traz uma análise sobre o tema.

Mas a ampliação do tempo de permanência das crianças em ambientes de aprendizagem exige melhores condições para que se possam oferecer atividades com qualidade. Todo o espaço escolar tem de se configurar como espaço de pertencimento, no qual estudantes e professores se sintam confortáveis para permanecer por mais tempo.

Além disso, inúmeras questões – como o aumento do número de refeições diárias, a higiene dos alunos e o trânsito seguro dos estudantes, entre outras – impactam a organização do cotidiano e o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Maria de Salete Almeida Silva

ex-oficial de Educação do Unicef, consultora educacional

“Quem pensa o projeto de escola hoje precisa entender a concepção de Educação Integral. O que não significa, como se falou neste debate, que a escola tem que ter dança, capoeira, vôlei e flauta, por exemplo, e uma sala para cada uma dessas atividades. Não é isso. Precisamos ter espaços onde as atividades vão acontecer, mas que possam ser compartilhados. Não se pode pensar no projeto arquitetônico e na infraestrutura da escola dissociados da concepção de Educação Integral.”

Tais preocupações valem tanto para os espaços internos quanto para as atividades realizadas em outros equipamentos públicos e/ou em espaços de organizações sociais parceiras. É preciso garantir que as crianças circulem sempre de forma segura e que todo o trabalho seja coordenado com os gestores desses espaços, como se mostrará de forma mais aprofundada no tópico seguinte.

Diante desse cenário, é fundamental considerar a infraestrutura e os espaços num primeiro diagnóstico da rede. A efetivação de uma política de Educação Integral pode ser iniciada sem as condições ideais em toda a rede, mas em médio prazo é essencial garanti-las.

⁸ Elaborada por pesquisadores da UNB e UFCS (<http://goo.gl/DQTHGJ>).

Mesquita (RJ)

O município de Mesquita (RJ) deu início à proposta de Educação Integral em 2009, com a adesão de 11 escolas ao programa Mais Educação. Atualmente, 20 escolas de Ensino Fundamental participam da iniciativa. Como o município ainda não tem uma política própria de Educação Integral, o Mais Educação é a via propulsora de discussões sobre o tema. As escolas participantes enfrentam o desafio de lidar com dois públicos em horários distintos: estudantes em período integral e outros que frequentam apenas o ensino regular. Cada escola buscou uma maneira de lidar com isso: houve negociação de espaços, reorganização de horários, adequação de salas, ocupação de espaços ociosos, modificações na infraestrutura, parcerias com espaços na comunidade, entre outras iniciativas. Aos estudantes que participam do programa são oferecidas atividades no contraturno; dessa maneira cria-se a possibilidade de que participem de atividades de artes, cultura, esportes e acompanhamento pedagógico. As escolas têm autonomia para escolher as atividades ligadas às necessidades dos estudantes e ao projeto político pedagógico da unidade escolar.

Para saber mais

<http://goo.gl/bFX6HV>

Intersetorialidade

O desenho de políticas considerando o arranjo institucional entre diferentes secretarias de governo não é usual na gestão pública. Mas a complexidade do mundo atual não permite que uma política educacional, por si só, dê conta de formar cidadãos plenamente desenvolvidos. Quando articulada com outras políticas, ela ganha efetividade e potencializa os ganhos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes.

Na política de Educação Integral, é importante considerar cada item necessário para a efetivação e identificar nas diferentes secretarias quem contribuirá para a sustentação das ações. A segurança pública, por exemplo, é fundamental para a circulação no território. A utilização de espaços e programas culturais e esportivos, integrada à proposta pedagógica, vai além de ações pontuais e exige a coordenação com as respectivas secretarias.

Nesse sentido, algumas experiências de políticas que conseguiram avançar na intersetorialidade ousaram promover espaços formalizados de discussão e construção conjunta. O envolvimento do prefeito ou do governador, nesses casos, contribui muito para a convocação e o comprometimento de todas as secretarias envolvidas. Alguns municípios têm estabelecido fóruns intersetoriais para reunir as diferentes secretarias, colocando crianças e adolescentes no centro das discussões e articulando ações que garantam a Educação Integral.

Betim (MG)

No ano de 2009, a prefeitura de Betim (MG) instituiu o Fórum Intersetorial, composto por representantes das doze secretarias envolvidas, definindo os papéis de cada uma e alinhando os objetivos e prioridades do município. O fórum gere o Programa de Educação Integral Escola da Gente, com recursos advindos dos governos federal e municipal. Isso significa planejar, executar e avaliar as ações do programa partilhando decisões e ações, e administrando o orçamento. Para conseguir bons resultados, é preciso integrar os serviços, espaços e funcionários existentes, conciliar as atividades desenvolvidas nas secretarias com as atividades do

programa e, sobretudo, conquistar a adesão dos servidores, garantindo que todos se envolvam no trabalho.

Para saber mais

<http://goo.gl/bFX6HV>

Parcerias com a comunidade e organizações da sociedade civil

Para a efetivação da Educação Integral, o estabelecimento de parcerias se apresenta como premissa. A realização de atividades que considerem a diversificação de espaços, conteúdos e atores e a ampliação de tempo exige reconhecer a especificidade e os limites de cada instituição, bem como a ideia de que é por meio da soma de esforços que se atingirão os objetivos. A condição para que ambientes externos à comunidade escolar façam parte de um projeto de Educação Integral é que seja possível compartilhar com os gestores desses espaços o projeto e as intenções pedagógicas definidos pela escola, para que se trabalhe na mesma direção, respeitando as competências específicas de cada organização, de modo a oferecer aos estudantes maiores e mais qualificadas oportunidades de aprendizagem e de ampliação de repertório.

Estabelecer parcerias é uma estratégia tão importante quanto desafiadora. O processo passa por alguns caminhos, desde a convocação para o trabalho conjunto e o alinhamento de objetivos e expectativas até a definição clara de papéis e responsabilidades, assim como de áreas para a formação continuada dos profissionais envolvidos. Em todas as situações, a equipe gestora – da escola ou do órgão central – tem papel fundamental. Entre as ações diagnósticas do plano de Educação Integral, é importante mapear as possibilidades e potencialidades do município em relação ao que pode ser oferecido às crianças, aos adolescentes e aos jovens.

Por mais adversas que possam ser as condições de cada município, é muito provável que a cidade conte com agentes – pessoas, empresas, organizações da sociedade civil, igrejas – que possam contribuir com a ampliação da oferta e a melhora da qualidade educacional. Para isso, é preciso que a gestão pública invista no mapeamento desses atores e na articulação para delinear pontos de convergência e contrapartidas da parceria, e desenhe processos institucionais para a construção, formalização e acompanhamento das ações desenvolvidas em conjunto.

Cartografia

A cartografia é um processo de investigação que parte das forças encontradas no território, considerando as relações entre as pessoas e instituições e os espaços. Pode ser utilizada para:

- investigar como se dão as relações entre instituições e pessoas no território;
- dar visibilidade às potencialidades locais – e não somente às fragilidades das comunidades;
- destacar os pontos de preservação e difusão da memória e da história local;
- identificar os movimentos sociais e as pessoas da comunidade potencialmente capazes de produzir, criar e intervir na realidade.

Para saber mais

Guia de políticas de Educação Integral – <http://goo.gl/quOygm>

As redes municipais de Porto Alegre (RS) e São Bernardo (SP) são exemplos de redes que investiram nas parcerias com organizações sociais para oferta de Educação Integral. O processo incluiu o mapeamento das diferentes organizações sociais atuantes, assim como o chamamento público no Diário Oficial do município, convocando as organizações sociais a participar do processo de seleção. As entidades selecionadas colaboram diretamente com as escolas, oferecendo oficinas em diversos campos temáticos e participando do projeto pedagógico. Visitas técnicas e a formação contínua dos profissionais parceiros também fazem parte do desenho dessas políticas.

Para saber mais

São Bernardo, programa Tempo de Escola – <http://goo.gl/1rV7Yl>

Porto Alegre, programa Cidade Escola – <http://goo.gl/M6wi4k>

A parceria da escola com a comunidade e com outras instituições pode se traduzir na cessão de espaços, recursos ou serviços. As ONGs, por exemplo, podem contribuir com as atividades realizadas em espaço externo à escola que tenham foco no desenvolvimento de competências e habilidades estabelecidas na proposta curricular da Secretaria de Educação. As universidades locais, por sua vez, podem contribuir para a formação de educadores e com a oferta de estágios para estudantes que, além de proporcionar experiências na ponta, podem organizar oficinas pedagógicas nas escolas ou em ONGs parceiras do município ou do estado. Além disso, podem se tornar grandes aliadas ao incluir a concepção de Educação Integral nos currículos da formação inicial de professores.

As Secretarias de Educação também podem propor eventos para reunir os parceiros e realizar a troca de experiências, garantindo o alinhamento e o monitoramento das ações, além de propor estratégias formativas com os parceiros que contribuem com a execução das atividades para qualificar o trabalho e garantir saltos de qualidade.

Participação das famílias

A aproximação entre escola e família é um desafio, não apenas no Brasil. Uma pesquisa da OCDE⁹ aponta que diversos países vêm trabalhando para estimular o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, sobretudo com famílias e comunidades de menor escolaridade e maior vulnerabilidade socioeconômica. Isso porque a articulação de estratégias de aproximação entre família e escola com outras políticas educacionais tem contribuído para melhorar o desempenho e reduzir as chances de absenteísmo e evasão.

Para além da tão necessária valorização, da participação e do acompanhamento das atividades oferecidas aos estudantes, na oferta da Educação Integral o envolvimento dos familiares no dia a dia escolar tem ainda outro papel de extrema importância: o de trazer para a escola os saberes da comunidade.

Esses saberes precisam ser considerados quando se trata do desenvolvimento pleno que a Educação Integral propõe. As histórias e situações de aprendizagem vividas pelos estudantes, quando incorporadas à proposta pedagógica das escolas, possibilitam conexões entre os saberes formais e a experiência

⁹ Equity and Quality in Education – Supporting Disadvantaged Students and Schools, 2012 (<http://goo.gl/dGOjDI>).

cotidiana, facilitando a compreensão de conteúdos.

A articulação com as famílias pode se dar por meio da realização de encontros e atividades que proponham a apresentação e a discussão de objetivos, metas e desafios para a execução da política de Educação Integral, sempre abrindo espaço para que se posicionem e apresentem demandas, dúvidas e propostas.

A escola promove a participação das famílias quando:

- reconhece as famílias como parte constituinte da comunidade escolar e como principais parceiras da escola no desenvolvimento integral dos estudantes;
- conhece as famílias dos estudantes, compreende as suas características e a sua realidade, dialogando inclusive com os novos arranjos familiares;
- ajuda as famílias a entender e contribuir de forma mais qualificada para assegurar uma Educação de qualidade para as crianças e os jovens;
- cria canais de escuta para ouvir as famílias sobre o que elas esperam da escola e como podem agregar ideias e conhecimentos ao processo de Educação Integral;
- comunica-se regularmente e de forma efetiva com as famílias, utilizando uma linguagem amigável que faça com que os familiares se sintam aptos e legitimados a contribuir com a gestão e as práticas pedagógicas da escola;
- oferece diferentes oportunidades de participação para que cada família encontre meios viáveis de contribuir, mesmo que a distância ou de forma pontual;
- garante a participação das famílias no planejamento pedagógico da escola, inclusive por meio de comissões mistas que envolvam representantes de toda a comunidade escolar;
- cria e/ou fortalece instâncias de participação que envolvem as famílias, como comitês de articulação entre escola e comunidade, conselhos escolares, associações de pais e mestres, comissões de trabalho, etc.;
- elabora um currículo que prevê a participação de familiares como mediadores de atividades educativas, sempre em apoio aos professores;
- constrói mecanismos para que as famílias possam acompanhar a evolução do desenvolvimento integral das crianças e dos jovens;
- articula-se com as organizações locais capazes de contribuir com a mobilização e o engajamento das famílias;
- promove espaços e ações que favorecem a socialização entre familiares, educadores, estudantes e a população local, inclusive abrindo a escola para atividades da comunidade;
- oferece oportunidades formativas também para os familiares, como cursos profissionalizantes e de idiomas, com vistas a fortalecer o engajamento com a escola.

Para saber mais

Centro de Referências em Educação Integral

<http://goo.gl/ZzRaFl>

Perfis, contratação e formação de profissionais

Um grande desafio para organizar a proposta de Educação Integral de uma rede é o planejamento dos diferentes tipos de perfil e a contratação e formação dos profissionais necessários para as atividades planejadas. Nesse sentido, as soluções encontradas são diversas e precisam ser consideradas no desenho da política, vinculando-se estritamente à proposta pedagógica e aos objetivos e expectativas de desenvolvimento e aprendizagem que se espera.

Assim, ao considerar uma política de Educação Integral, refletir e definir o perfil dos profissionais adquire importância estratégica, pois novas práticas que atendam às especificidades da proposta serão exigidas. Para que as atividades sejam conduzidas por professores, a rede precisa avaliar a necessidade da contratação gradativa de professores de 40 horas, e/ou da seleção de professores para áreas específicas da proposta curricular ampliada. No caso de atividades a serem desenvolvidas por organizações sociais e outras entidades parceiras, a rede precisa pactuar o perfil e as competências esperadas dos diferentes educadores envolvidos, assim como definir as expectativas para a formação continuada e o planejamento conjunto com equipes escolares.

A formação continuada de educadores, coordenadores pedagógicos e gestores de escolas é um aspecto reconhecido como de importante impacto na qualidade da Educação de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. A formação inicial e continuada insuficiente para a prática em sala de aula e para a gestão escolar é um dos problemas apontados pelas pesquisas.¹⁰ Além disso, muitas redes não contam com a figura do coordenador pedagógico nas escolas, e mesmo dentre as que o possuem, poucas o utilizam no papel de formador da equipe docente.¹¹

Assim, na Educação Integral a formação continuada de gestores, educadores e equipes técnicas das secretarias é indispensável para que os objetivos da política sejam partilhados e trabalhados por todos os envolvidos, inclusive por aqueles que atuam fora do ambiente escolar.

Considerando a posição estratégica da gestão escolar e o modo como ela pode impactar a proposta de Educação Integral dentro da escola, é preciso pensar em processos formativos que auxiliem os gestores na implementação da Educação Integral, de forma a potencializar as possibilidades reais de mudanças que as ações podem provocar.

Vandré Brilhante

CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

“Propomos um desafio enorme ao gestor da escola ao esperar que ele implemente a Educação Integral na ponta. Mas os casos de sucesso que conhecemos e são discutidos em seminários tratam de pessoas que são mais empreendedoras e articuladoras. A rede precisa pensar em como promover a seleção e a formação de gestores nesse tipo de competência.”

¹⁰ Dentre elas, destacamos a pesquisa “Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiro”, feita pela Fundação Carlos Chagas, a pedido da Fundação Vitor Civita (<http://goo.gl/IMt9HW>), e o estudo “Great teachers – How to Raise Student Learning in Latin America and the Caribbean”, realizado pelo Banco Mundial (<http://goo.gl/hwgL17>).

¹¹ “O coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições”, da Fundação Carlos Chagas, a pedido da Fundação Vitor Civita – <http://goo.gl/IOHkTT>.

Outra importante providência a tomar consiste na preparação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento das escolas – sejam do órgão central ou de órgãos intermediários. Esses profissionais têm um papel estratégico na aproximação da equipe central da secretaria com as escolas. É no acompanhamento in loco que se dá a formação em serviço, lado a lado com os profissionais envolvidos. A definição de instrumentais para registros e apontamentos das visitas realizadas contribui para que os responsáveis pela política entendam como ela se desenrola na ponta e que mensagens e apoios precisam ser reforçados.

Além disso, se a proposta de Educação Integral contar com a parceria de ONGs, é importante que a formação dos educadores sociais seja organizada e realizada em parceria com a Secretaria de Educação, com vistas a construir uma proposta articulada e de qualidade.

Para isso, é preciso investir em momentos coletivos e periódicos de formação dos diferentes profissionais responsáveis pela proposta de Educação Integral, o que permite tanto um alinhamento de conceitos quanto uma troca salutar de práticas, estratégias e metodologias. A equipe técnica da secretaria precisa assumir a liderança, seja com os próprios profissionais ou por meio da participação da universidade, de ONGs ou de centros de formação afinados com a política de Educação Integral.

Essa ação exige planejamento e articulação da equipe técnica da secretaria com os diferentes profissionais e instituições parceiros, além do monitoramento das ações planejadas, para que se possam perceber os desafios do percurso e se proponham novas rotas.

Belo Horizonte (MG)

O Programa Escola Integrada, desenvolvido em Belo Horizonte desde 2007, oferece um conjunto de atividades voltadas para a formação cultural, artística e social, envolvendo campos como a literatura, a informática, o esporte, o artesanato, a dança, a música e o teatro. Essas atividades são realizadas no contraturno escolar, com a duração de cerca de uma hora e meia e a presença de no máximo 25 estudantes por turma, mesclando crianças de um mesmo ciclo de escolaridade. A utilização de espaços públicos diversos – como parques, quadras e museus – e as parcerias com diversas ONGs são fundamentais e marcam o programa. Uma dessas parcerias reuniu a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) para desenvolver um programa de formação conjunta para os profissionais que atuam nas ONGs e escolas do Programa Escola Integrada. A opção pela formação conjunta desses atores foi tomada pela secretaria visando diminuir a fragmentação entre as atividades desenvolvidas para as mesmas crianças e jovens nas escolas e nas ONGs.

Para saber mais

Percurso da Educação Integral: Em busca da qualidade e da equidade

www.educacaoeparticipacao.org.br

<http://goo.gl/bFX6HV>

3. Conclusão

Os pontos abordados neste documento são contribuições para a reflexão nacional sobre as políticas de Educação Integral e pretendem colaborar com a construção de conhecimento sobre o tema, traçando um breve panorama, apontando os principais desafios e relacionando possibilidades com base em aprendizados já adquiridos pelas inúmeras redes que vêm se empenhando em desenhar e pôr em prática tais políticas.

Muitas são as possibilidades para a ampliação da oferta de Educação Integral. O Plano Nacional de Educação aponta algumas estratégias nessa direção. Seja qual for o desenho adotado – com maior ou menor tempo, dentro ou fora do espaço escolar –, a qualidade do que é oferecido é determinante para que se obtenham resultados de transformação do cenário educacional. A garantia dessa qualidade passa pelo enfrentamento dos desafios aqui descritos, com debate público e propostas práticas que articulem e potencializem as diversas iniciativas do poder público e da sociedade civil em todo o país. Mediante um esforço conjunto, a Educação Integral avançará na agenda pública nacional, para transformar a vida de cada vez mais crianças e jovens brasileiros.